

Quinta-feira, 17 de Novembro de 2005

Ano XI - Edição N.: 2485

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - COMUSA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco de maio de dois mil e quatro, realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Av. Afonso Pena, 4.000 (quatro mil), 7º andar - Bairro Mangabeiras. Estavam presentes os conselheiros: Murilo de Campos Valadares (SCOMURBE), Claudius Vinicius Leite (URBEL), Gustavo Adolfo de Castro Vasconcelos (SCONF), Carlos Gomes Sampaio de Freitas (SCOPLAN), Paulo Roberto Takahashi (SUDECAP/SMEU), Luiz Gustavo Fortini Martins Teixeira (SLU/SMLU), Helvécio Miranda Magalhães Júnior (SMSA), Rubens Martins Moreira (CREA-MG), Léo Heller (UFMG), Ivanir José Vítor Maciel (Conselho da Cidade), Rita de Cássia M. G. Senesi (SINDÁGUA), Ivânia Augusta dos Santos Rodrigues (Conselho Municipal de Saúde), Antônio Leite Alves Radicchi (ONG_s), Rômulo Tomaz Perilli (COPASA).

A sessão plenária do Conselho foi aberta pelo Conselheiro Murilo de Campos Valadares, que fez consulta aos outros conselheiros sobre a necessidade de ser reapresentada a explanação acerca do Plano Municipal de Saneamento - PMS, já feita na primeira reunião pelo Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira. Tendo sido unânime a decisão, a referida apresentação foi feita novamente. Após a apresentação, o Conselheiro Murilo Valadares lembrou a todos que o PMS é o ponto inicial de qualquer discussão sobre saneamento, o que implica na urgência da sua aprovação por este Conselho e passou-se à discussão. O Conselheiro Léo Heller cumprimentou a Prefeitura e o Grupo Gerencial de Saneamento - GGSAN, pelo trabalho, inédito em Belo Horizonte e no País, trazendo um pioneirismo importante. Ele alerta, porém, sobre o fato de que esse conhecimento da cidade é ainda um pouco parcial e é necessário conhecê-la em mais profundidade, mais qualitativamente; sugere, por exemplo, abordar, numa próxima etapa, a questão da qualidade da água, a idade das redes, os mananciais e o risco à saúde. Em relação ao esgoto, abordar o impacto que Belo Horizonte está levando ao Rio das Velhas e à população de jusante, mesmo com a construção das estações de tratamento. Em relação aos resíduos sólidos, qual é a real situação do nosso aterro sanitário, qual é a perspectiva futura? O Índice de Salubridade Ambiental - ISA também precisa de aperfeiçoamento, tanto na formulação dos indicadores quanto na definição dos pesos, já que definições de pesos também guardam um certo grau de arbitrariedade e existem técnicas para torná-las mais precisas. O Conselheiro Helvécio Miranda Magalhães Jr também elogiou a envergadura e a consistência do PMS e também acha que o ISA pode ser sofisticado, usando, por exemplo, a mesma base cadastral da classificação de risco da SMSA, que permite, inclusive, priorizar áreas, locação de equipe do Programa Saúde da Família, construção ou ampliação de unidades, etc. A Conselheira Ivânia Augusta dos Santos Rodrigues manifestou sua surpresa por Venda Nova não ter sido contemplada nas dez bacias prioritárias do PMS. O Conselheiro Tomaz Gonzaga da Mata Machado concorda que o PMS é um avanço extraordinário, principalmente por trabalhar com bacia hidrográfica, território prioritário para o saneamento ambiental, mas levantou uma dúvida sobre a não concordância das prioridades do DRENURBS com as do PMS. O Conselheiro Rômulo Tomaz Perilli parabenizou a equipe do GGSAN e assegurou que a COPASA vai definir intervenções de acordo com o PMS. Além disso, na medida em que a primeira fase do DRENURBS for avançando, a COPASA vai avançar também e, independente de intervenção do município, a COPASA vai implantar os interceptores do Ribeirão do Isidoro. Ele ressaltou, ainda, que o COMUSA tem o papel importante de discutir não só Belo Horizonte mas também a questão metropolitana e a questão dos mananciais, fazendo uma moção ou algum tipo pressão junto ao poder público estadual no sentido de que se desenvolva um programa metropolitano de saneamento ambiental. O Conselheiro Antônio Leite Alves Radicchi falou sobre o trabalho do Projeto Manuelzão na cidade e a perspectiva dos comitês de bacias de seguir o espírito da lei 9433, formando, em cada comitê, os três segmentos - sociedade civil, poder público e setor empresarial - com o objetivo de conhecer a situação de cada microbacia, de se apropriar desse território e propor metas de soluções. O Projeto Manuelzão está em processo de reunir esses comitês nas duas principais bacias do município, o Arrudas e o Pampulha-Onça, de modo que esses dois afluentes do Rio das Velhas tenham comitês nos moldes do comitê oficial do Rio das Velhas e possam participar do acompanhamento dessa política ambiental. O Conselheiro Rubens Martins Moreira reafirmou o avanço do Plano e sugeriu que se procedesse à votação para aprovação do mesmo. O Conselheiro sugeriu, além disso, que para que o Conselho funcione de maneira mais integrada, nos períodos entre as reuniões, sejam ativados alguns grupos de trabalho. O Conselheiro Murilo Valadares, depois de também parabenizar o GGSAN pelo Plano, explicou que o DRENURBS teve um critério de priorização diferente do PMS e se forem usadas outras metodologias certamente se chegará a outras prioridades. Outra questão respondida foi sobre o aterro sanitário, para o qual a opção possível talvez seja a solução metropolitana. Segundo o Conselheiro, o Aterro da BR 040 suporta mais dez metros de altura,

o que significa mais quatro anos de uso e a avaliação do impacto visual está sendo feita pela SLU. O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira fez questão de ressaltar que a equipe que elaborou o PMS é maior que a equipe do GGSAN, visto que vários técnicos da SLU, da Urbel, da SMSA e da SMPL, citando só alguns, participaram desse trabalho. Ele também lembrou que o Grupo de Saneamento foi criado, na PBH, há mais de dez anos para fazer com que a COPASA atuasse como uma empresa pública de saneamento, dando satisfação à sociedade, e efetivamente executando, implementando ações que venham ao encontro do interesse público. E é isso que está sendo viabilizado, num ambiente de parceria e de planejamento integrado. Um outro avanço foi a inserção, de fato, de mecanismos de controle social e mecanismos de planejamento com fundamentação tecnológica. O PMS é um processo em permanente aperfeiçoamento e, por exemplo, com relação à questão de Venda Nova, o questionamento da Conselheira Ivânia poderia ser feito para qualquer outra região da cidade, já que o Plano elegeu uma metodologia e concluiu por apenas dez prioridades - majoritariamente os recursos do Fundo Municipal de Saneamento serão direcionados para as dez bacias prioritárias mas isso não significa que não se reconheça os outros problemas. Em relação à formação de grupos de trabalho, a viabilidade desta proposta ficará condicionada evidentemente à disponibilidade dos Conselheiros. O Conselheiro Léo Heller sugeriu que a discussão sobre o aterro sanitário seja pautada numa das próximas reuniões do COMUSA. O Conselheiro Paulo Roberto Takahashi parabenizou o coordenador do GGSAN, Ricardo de Miranda Aroeira, e falou do mérito de se trabalhar em equipe. O Conselheiro José Antônio da Cunha Melo sugeriu, para a próxima reunião, uma exposição sobre quais as obras que efetivamente têm recurso garantido, quais as que estão esperando algum recurso e quais estão numa terceira fase de financiamento. A Conselheira Maria Fernandes Caldas sugeriu que se votasse naquele momento o PMS e, na próxima reunião, o Conselho se debruçasse sobre a formação de receita do Fundo e sobre os investimentos que já estão em andamento. Nas reuniões seguintes se faria uma apresentação mais detalhada desses programas que estão em andamento para nivelar o conhecimento dos conselheiros: DRENURBS, Plano Globais Específicos - PGE_s, etc. O Conselheiro Léo Heller fez o alerta para que o Conselho não fique só examinando e deliberando recursos financeiros, já que a função mais nobre do Conselho é discutir conceitos e apontar direções políticas para a Prefeitura. O Conselheiro Murilo Valadares procedeu, então, à votação sobre o PMS e este foi aprovado por unanimidade. O Conselheiro determinou que, até sexta-feira, o GGSAN encaminhe o aditivo do convênio para todos os outros Conselheiros e encerrou a reunião.

Nada mais tendo a relatar, eu Ricardo de Miranda Aroeira, Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.